
DOSSIÊ

HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO: Novos Rumos¹ (As cidades escravistas brasileiras: algumas reflexões prévias para os estudos de escravidão urbana)

*Luis Carlos Soares
(ICHF/UFF)*

A partir dos anos 1960, os historiadores e cientistas sociais começaram a prestar mais atenção para os diversos fenômenos que envolvem a problemática da escravidão urbana e o papel das cidades nas sociedades escravistas do continente americano. Embora o debate mais teórico sobre estas questões não tenha ocupado muito o interesse dos investigadores, pode-se dizer que a escravidão urbana e as cidades escravistas têm sido focalizadas a partir de duas perspectivas gerais completamente antagônicas que ressaltam, por um lado, a sua total dependência ao campo e às atividades agro-exportadoras, ou, por outro lado, a total dependência e subordinação destas às atividades urbanas. Entretanto, a nossa opinião é a de que as cidades escravistas e, conseqüentemente, as diversas modalidades da escravidão urbana estavam envolvidas numa outra dinâmica histórica, apresentando, ao mesmo tempo, uma forma de organização diferenciada das áreas rurais - como já tinha assinalado em 1964 o pioneiro historiador norte-americano, Richard Wade,

1- Texto preparado especialmente para apresentação no Seminário "Tendências Contemporâneas da Historiografia Brasileira", promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Minas Gerais), de 3 a 7 de dezembro de 1991.

no livro *Slavery in the cities: the South, 1820-1860*² - e uma associação íntima a estas áreas no contexto mais amplo da sociedade escravista, verificando-se efetivamente uma relação de interdependência entre cidade e campo, como procuraremos mostrar no decorrer deste pequeno ensaio.

Um dos primeiros historiadores que participaram deste debate foi o norte-americano Eugene Genovese, que em 1965 publicou o clássico *A economia política da escravidão*. Embora não tenha abordado diretamente a questão da escravidão urbana e das cidades nas sociedades escravistas, na terceira parte de seu livro há um estudo que focaliza, a partir de uma perspectiva marxista, as atividades urbanas e industriais no Sul escravista dos Estados Unidos e tem o sugestivo título "A subserviência da cidade ao campo".³

Seguindo o caminho aberto por Eugene Genovese, encontramos o trabalho de Jacob Gorender, publicado em 1978, intitulado *O escravismo colonial*, já considerado um clássico da historiografia marxista brasileira. Neste livro há um capítulo específico sobre a escravidão urbana, inserido numa parte maior com o título de "Formas peculiares da escravidão". Todavia, a "peculiaridade da escravidão urbana e das outras "formas" da escravidão esbarra na maior importância que as atividades agro-exportadoras têm necessariamente no conjunto das sociedades escravistas. Gorender explicita o seu ponto de vista:

"No escravismo colonial, o campo domina a cidade, sendo esta um apêndice daquele. Entre os núcleos populacionais alçados à condição administrativa de cidade ou de vila, poucos tinham características urbanas desenvolvidas: algumas vilas da região mineradora e os principais portos marítimos que, além de capitais

2- Cf. Richard C. Wade, *Slavery in the cities: the South, 1820-1860*. Oxford-Londres, Oxford University Press, 1964, pp. 3-110. Em meados dos anos 1970, a historiadora Claudia Dale GOLDIN procurou fazer, a partir de uma abordagem quantitativa, uma crítica às teses de WADE sobre a dinâmica e o declínio das cidades do "Velho Sul" norte-americano (sobretudo a tese da incompatibilidade entre a instituição da escravidão e a vida nas cidades), sem, contestar, entretanto, a idéia da especificidade e diferenciação da escravidão urbana em relação à escravidão rural (Cf. GOLDIN, *Urban Slavery in the American South, 1820-1860. A quantitative history*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976 pp. 1-50).

3- Cf. Eugene D. GENOVESE, *A economia política da escravidão*. Tradutores: Fanny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro, Pallas Editora, 1976, pp. 133. O título original da edição norte-americana é *The political economy of slavery* (Nova York, Pantheon Books, 1965).

provinciais, preenchem as funções de centros do comércio exterior e de entrepostos do tráfico de escravos. Vivendo na dependência da economia escravista, tais vilas e cidades realmente urbanas não podiam deixar de pautar seu modo de vida pela norma da escravidão."⁴

A crítica à tese da dominação da cidade pelo campo teve o economista Paul Singer e o sociólogo Fernando Henrique Cardoso como seus pioneiros. Embora de tendência marxista, Singer e Cardoso publicaram em 1972 dois ensaios, sob o título geral "A cidade e o campo", nos *Cadernos CEBRAP* (nº 7), onde se pode notar algumas influências weberianas da "Escola Histórico-Sociológica Paulista", que reforçam uma certa preeminência do papel político da cidade. Nesta publicação, os dois cientistas sociais procuram fazer uma análise do papel das cidades num contexto latino-americano mais amplo, das sociedades escravistas e das outras formas de organização social implantadas com a colonização do continente, antes e depois do processo de independência política. Consequentemente, a tese de Singer e Cardoso é bastante geral e admite claramente a dominação do campo pela cidade desde a implantação das sociedades coloniais até o desenvolvimento de suas diversas formas neo-coloniais, após o processo de independência política na América Latina. No "Prefácio" desta publicação, os dois investigadores revelam detalhadamente a sua posição:

"O estudo da evolução da cidade latino-americana requer, em última análise, a revisão de toda história do continente. Da história política, em primeiro lugar, pois as transformações na estrutura do poder se dão a partir de tensões e lutas que, se não se originam na cidade, nela desembocam inevitavelmente. Quando se pensa no relacionamento entre cidade e política, não é da política municipal que se trata, mas da política que se desenrola em âmbitos muito mais amplos. Neste sentido, a 'cidade' de que tratam estes textos não se refere a todo e qualquer agrupamento urbano, mas especificamente àqueles que sediam o poder sobre áreas muito mais vastas que o seu 'entorno' rural.

O estudo da evolução desta cidade exige, por isso mesmo, também a revisão histórica da economia continental. Embora a economia

4- Cf. Jacob GORENDER. *O escravismo colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 451.

colonial apresente como um dos seus traços característicos, a especialização em atividades primárias - extrativas ou agrícolas - o que dá lugar a uma aparente supremacia do campo sobre a cidade, a verdadeira relação de poder se apresenta claramente aos olhos tão logo aquela economia seja encarada como um sistema de exploração. Fica claro então, que este sistema só pode subsistir na medida em que as relações de produção, que apresentam, em geral, um caráter de 'imposição', são mantidas e preservadas mediante o exercício de um poder de persuasão e de coerção, cuja base é constituída pela cidade. Neste sentido, é a cidade que impõe ao campo a dominação colonial externa, numa fase da história latino-americana, e a dependência, em suas múltiplas formas neo-coloniais, nas fases seguintes."⁵

A tese da dominação do campo pela cidade também foi defendida em 1976 por Raymundo Faoro, ao analisar, com base numa perspectiva claramente weberiana, a extensa obra do grande romancista Machado de Assis (Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio). Para Faoro, a cidade no Brasil Imperial era o centro de dominação política de um "estamento burocrático", produzido por um "capitalismo politicamente orientado", que, com suas influências, envolvia a "aristocracia rural" e a fazia compartilhar dos mesmos valores e interesses políticos de uma burocracia de natureza nitidamente urbana. Eis alguns de seus argumentos:

"A sociedade agrária é um reflexo da sociedade urbana - diga-se em oposição à corrente dominante na história brasileira. Ela aparece no contexto de problemas que não são seus, ou em virtude de crises que a cidade alimenta e projeta no campo. Excepcionalmente, só excepcionalmente o enredo é todo rural, com suas paixões e dramas. (...)

Pela força da máquina, colada a todos os poros do organismo político, os fazendeiros não eram senão os cortesãos dos ministérios, decorados com baronias, comendas e patentes. Atrás do real poder, urbano por sua natureza, estava a imensa camada das influências,

5- Cf. Paul Israel SINGER e Fernando Henrique CARDOSO. "Prefácio", em *Cadernos CEBRAP* N° 7 ("A cidade e o campo"). São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 1-2 (grifos dos autores).

enraizadas no estamento político, vizinhas à intermediação que alimentava os comerciantes, comissários e banqueiros."⁶

Na nossa opinião, as duas teses são insuficientes para analisar o papel das cidades nas sociedades escravistas, em particular na sociedade escravista brasileira, pelo fato de desenvolverem perspectivas deterministas ou unilaterais que privilegiam um dos níveis da realidade social, subordinando os outros à sua lógica de funcionamento. A primeira tese, defendida por Genovese e Gorender, privilegia uma abordagem exclusivamente econômica da sociedade, e a segunda, defendida por Singer e Faoro, privilegia a dimensão política da sociedade e do papel das cidades nas sociedades escravistas e também não-escravistas do continente.

Para um melhor entendimento da dinâmica geral das sociedades, é necessário abandonarmos estas perspectivas unilaterais ou deterministas e percebermos a formação de qualquer tipo de sociedade como um resultado da interação de múltiplas práticas e relações sociais, todas elas de fundamental importância. Isto significa que as sociedades são formadas ou produzidas por uma variedade de práticas sociais que envolvem uma diversidade de relações econômica, políticas, mentais, culturais, jurídicas, etc., que constituem elas mesmas relações de poder de diversos níveis. Portanto, ao invés de determinação exclusiva de um domínio particular da realidade social, seria muito mais apropriado falarmos na multi-determinação ou na sobre-dominação das diversas esferas componentes da sociedade, inclusive porque, dentro desta perspectiva, seria muito difícil delimitarmos os limites precisos de cada uma destas esferas da vida social.⁷

6- Cf. Raymundo FADRO. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pp. 24-28 (grifos do autor).

7- Marc BLOCH e Lucien FEBVRE, fundadores dos "Annales", foram os primeiros historiadores contemporâneos que adotaram uma perspectiva claramente anti-determinista e anti-unilateral na tentativa de compreensão da dinâmica geral das sociedades. Esta também tem sido a posição de historiadores de perspectivas diferentes (Georges DUBY, Jacques LE GOFF, Pierre NORA, François FURET, Philippe ARIES e outros), componentes da chamada "Nova História Francesa", influenciados pelos fundadores dos "Annales" e, alguns deles, pelos trabalhos do filósofo e historiador Michel FOUCAULT, falecido há alguns anos. Cf. Guy BOURDÉ e Hervé MARTIN, *Les écoles historiques*. Paris, éditions du Seuil, 1983, pp. 171-226 e 280-88.

Entretanto, a tese de Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso, excluindo o papel exagerado das cidades no contexto latino-americano, nos fornece muitos elementos para redimensionar a dinâmica das cidades escravistas e a problemática da escravidão urbana. Em primeiro lugar, nos parece muito apropriada a perspectiva dos dois investigadores de contextualizar as cidades latino-americanas, e as escravistas em particular, num contexto maior de um sistema de produção e exploração internacional que se organiza a partir da colonização européia no continente americano e, posteriormente, sofre grandes modificações com o advento da Revolução Industrial, a ruptura do "pacto colonial" e o processo de independência dos países latino-americanos. Este último, por sua vez, representa um grande "divisor de águas" na vida das sociedades do continente e demarca a existência de dois períodos históricos distintos. É dentro das particularidades destes dois períodos distintos que devemos situar a problemática urbana - e mesmo a problemática rural - nas sociedades escravistas e nos outros tipos de sociedade do continente.⁸

Por outro lado, já nos fixando no caso particular da sociedade escravista brasileira, é necessário estabelecermos uma distinção, que na realidade não é nada formal, entre "cidades" e "vilas", e conseqüentemente relativizarmos as dimensões da vida urbana antes e depois a ruptura do "pacto colonial" e do processo de independência política do Brasil. Emília Viotti da Costa, num artigo publicado em 1977, intitulado "Urbanização no Brasil no século XIX", captou muito bem as diferenças do fenômeno urbano brasileiro desde a época colonial, estabelecendo uma clara distinção entre as vilas do interior do país e as cidades litorâneas que funcionavam como portos exportadores e importadores, além de serem centros político-administrativos. Só estas, na realidade, desenvolveram as características nitidamente urbanas encontradas nas cidades européias. As vilas interioranas eram, na sua totalidade, pequenos núcleos populacionais que congregavam um pequeno comércio varejista e as limitadas atividades da administração municipal, que vivia sob controle exclusivo dos grandes proprietários de terras e escravos - os "potentados rurais".⁹ Gorender, na citação acima reproduzida, concorda com Emília Viotti da Costa no que se relaciona à dimensão do fenômeno urbano nos principais portos exportadores e nas vilas interioranas, mas chega a admitir que,

8- Cf. SINGER, "Campo e cidade no contexto histórico latino-americano" e CARDOSO, "A cidade e a política", em *Cadernos CEBRAP*, n° 7. Op. cit., pp. 3-27 e 29-61.

9- Cf. Emília Viotti da COSTA, "Urbanização no Brasil no século XIX", em *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, pp. 179-189.

no caso das principais vilas da região mineradora, estas também chegaram a desenvolver no século XVIII algumas características da vida urbana.¹⁰

Para Viotti da Costa, o quadro da limitada vida urbana do Brasil Colonial, ficaria inalterado depois da independência política do país e nem mesmo as transformações ocorridas na segunda metade do século passado chegaram a alterá-lo. A autora argumenta:

*"A sobrevivência da estrutura de produção colonial no Brasil depois da Independência: o trabalho escravo ou semi-servil, o latifúndio, a economia baseada na exportação de produtos tropicais bem como a instituição de um sistema político paternalista baseado num sistema de clientela e na marginalização de extensas camadas da sociedade foram responsáveis no século XIX por um tipo de urbanização que não segue as formas do modelo clássico de urbanização fundado na análise do processo urbano nas áreas centrais do sistema capitalista. As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX: desenvolvimento de ferrovias, imigração, abolição da escravatura, crescimento relativo do mercado interno, e incipiente industrialização não foram de molde a alterar profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial quando, com exceção dos principais portos exportadores, os núcleos urbanos tiveram escassa importância vivendo na órbita dos potentados rurais."*¹¹

Na realidade, falar de "cidade" no Brasil, tanto na época colonial como depois do processo de independência, significa colocar nesta categoria apenas as cidades litorâneas - os principais portos exportadores -, devendo-se evitar a inclusão nela dos pequenos núcleos populacionais do interior, que a tradição da administração colonial portuguesa denominou muito apropriadamente de "vilas". Eram estes núcleos interioranos que estavam na dependência direta das atividades agro-exportadoras e constituíam-se em palco das disputas dos grandes proprietários pelo exercício do poder local e, depois da independência, em base de organização da sua intervenção política em níveis mais amplos (provincial e nacional).

10- Cf. GORENDER, op. cit., p. 451.

11- Cf. COSTA, op. cit., p. 179.

De acordo com Richard Morse, num trabalho publicado em 1975, nos Cadernos CEBRAP (nº 22), intitulado "A evolução das cidades latino-americanas", seria impossível falar, nas áreas escravistas do continente, da problemática urbana do século XIX, ou do período posterior à independência, sem relacioná-la ao desenvolvimento da agricultura de *plantation* e vice-versa. Todavia, estas problemática deve ser vista dentro de uma perspectiva de diferenciação, muito próxima a apresentada por Viotti da Costa, que estabelece dois níveis de estruturação dos núcleos urbanos: um nível "nacional" e outro "local", que seriam respectivamente as grandes cidades marítimas, importantes para a articulação da economia nacional com os mercados internacionais, e os pequenos núcleos e cidades do interior, mais próximos das atividades da *plantation*. Morse assinala, de forma tópica, os elementos desta diferenciação, que interfere diretamente na questão das urbanização nas sociedades escravistas do século passado:

"Conseqüentemente, podemos concluir que a correlação entre a urbanização e a difusão da agricultura de plantation é forte em nível nacional:

- os portos marítimos estratégicos se desenvolvem;
- o investimento estrangeiro cria novos mecanismos e instituições financeiras;
- as exportações trazem dinheiro para o embelezamento e os serviços das capitais;
- os proprietários de terras participam da política nacional e mudam suas residências para as sedes do poder.

Em nível local, porém, a correlação é menos segura:

- a nova infra-estrutura de serviços pode se concentrar nos latifúncios, e não nas cidades pequenas;
- as redes urbanas regionais podem continuar fracas;
- as aldeias tradicionais podem se desintegrar sem que sejam substituídas por pequenas cidades comerciais, por causa do monopólio de serviços exercido pela *plantation*;

- a força de trabalho rural ganha mobilidade espacial e entra na economia monetária, mas os novos consumidores podem se mudar para as cidades maiores ao invés de permanecerem em cidades pequenas."¹²

No final do século XVIII e início do século XIX, existiam no litoral brasileiro grandes e pequenas cidades, mas as que apresentavam características nitidamente urbanas, se comparadas com os padrões urbanos europeus, eram Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém (esta última era o grande centro das áreas extrativistas não-escravistas amazônicas). São estes centros litorâneos que, efetivamente, podem ser chamados de cidades e, antes de serem dominados pelo "campo" ou dominarem a este, desempenhavam um papel fundamental na articulação ou intermediação comercial e financeira do conjunto da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Sem contar que eram os núcleos em que se estabeleciam os mecanismos e as instituições da dominação colonial e onde se garantia não só o domínio político-militar das áreas coloniais brasileiras, como também, através deste, o monopólio comercial e o fluxo de grande parte do excedente produzido para a metrópole. Nesta perspectiva, seria muito mais apropriado falarmos numa inter-relação ou relação de interdependência entre "campo" e "cidade" nas diversas áreas escravistas brasileiras e, talvez, até mesmo do continente americano. Interdependência esta que pressupõe uma divisão ou diferenciação espacial (geográfica) do trabalho e da organização político-social no conjunto da sociedade escravista. "Campo" e "cidade" são espaços organizados diferencialmente, mas intimamente articulados na dinâmica geral da sociedade escravista.

Depois da ruptura do "pacto colonial" em 1808, com a abertura dos portos brasileiros às "nações amigas", e com o desenrolar do processo de independência do país, o papel da articulação comercial e financeira das cidades se ampliou consideravelmente. Estas passaram a desenvolver direta e integralmente a intermediação da economia agro-exportadora com os mercados consumidores internacionais, e principalmente com a Grã-Bretanha. Já não existiam mais os "entraves" representados pelo monopólio de Lisboa no comércio de exportação e importação e no financiamento das diversas atividades agro-exportadoras. Os

12- Cf. Richard M. MORSE, "A evolução das cidades latino-americanas", em *Cadernos CEBRAP*, nº 22. São Paulo, CEBRAP, 1975, pp. 34-5 (grifos do autor).

grupos monopolistas portugueses perderam uma parcela considerável dos lucros produzidos na comercialização dos produtos brasileiros exportados e tiveram que ceder praticamente o controle das importações para os comerciantes britânicos.

Além disso, com a instalação da sede do "Império" português no Rio de Janeiro, a vida política brasileira ganhou uma nova dimensão, mesmo porque até a eclosão da Revolução do Porto, em 1820, existia um claro interesse da monarquia lusa em se estabelecer definitivamente no Brasil, visto agora como a sua principal fonte de sustentação econômico-financeira. Inclusive, muitos dos antigos comerciantes monopolistas tiveram que se adaptar à nova situação de "livre comércio" e transferiram para as cidades brasileiras a administração direta dos seus negócios. Tão logo, estabeleceu-se uma aliança de interesses entre estes comerciantes, os altos funcionários da administração portuguesa e os grandes proprietários de terras e escravos, que com a instalação da Corte no país sentiram a possibilidade de participação mais direta na vida política e na defesa de seus interesses.

Como muito bem assinalou Maria Odila Silva Dias, num artigo de 1972, intitulado "A interiorização da metrópole (1808-1853)", este "enraizamento de interesses portugueses" foi muito mais intenso no Sudeste (Centro-Sul) brasileiro, sobretudo nas capitanias e depois províncias (com a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815) do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, cimentando as bases da independência política brasileira depois que as Cortes portuguesas, estabelecidas com a Revolução do Porto, exigiram o retorno da Família Real para Lisboa e a imediata recolonização do Brasil. Com a permanência de D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente, a aliança de interesses formada pelos grandes proprietários, comerciantes e altos funcionários da administração, com todo o apoio do governo britânico, pode resistir às tentativas de recolonização e, depois do fracasso do estabelecimento de um regime de Monarquia Dual, devido à intransigência das Cortes lusas, formalizou-se a ruptura política com Portugal e a constituição do Império brasileiro, que adotou uma organização política centralizada.¹³

A cidade do Rio de Janeiro, como capital do Império, se transformou numa "metrópole interiorizada" e durante toda a primeira metade do século XIX foi

13- Cf. Maria Odila L. SILVA DIAS, "A interiorização da metrópole (1808-1853)", em Carlos Guilherme MOTTA (Org.). - 1922: dimensões. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, pp. 165-171.

vista pelos grupos dominantes das outras províncias, sobretudo do Nordeste e Extremo-Sul do país, exercendo o odiosíssimo papel que outrora Lisboa desempenhara, o que contribuiu para a eclosão de diversas revoltas provinciais de cunho separatista, reprimidas pelo governo central de forma violenta.¹⁴ O perigo separatista, como mostrou muito bem Ilmar Rohloff de Mattos, deixou de existir somente com a estabilidade do regime imperial, alcançada no início dos anos 1850, materializada na formação em 1853 do "Gabinete da Conciliação" chefiado pelo Marquês do Paraná, que significou o rearranjo das forças políticas do país e maior participação e atendimento dos interesses dos grupos provinciais no jogo político nacional, sem que contudo fosse ameaçada a hegemonia dos grupos do Sudeste e, particularmente, dos "Saquaremas" da região fluminense (Corte e província do Rio de Janeiro) que construíram a direção conservadora e centralizadora do Império. A partir daí, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser considerada pelos grupos políticos de outras regiões como uma nova "metrópole colonial" e passou a ser vista efetivamente como a capital de um novo Império, que tinha nas capitais provinciais, muitas delas grandes e pequenas cidades litorâneas, o *locus* de exercício do poder regional da classe senhorial.¹⁵

Por outro lado, o papel de "metrópole interiorizada" representado pela cidade do Rio de Janeiro deve ser também relativizado. Se num sentido estrito, por força da centralização política do Império e da Hegemonia dos grupos do Sudeste na construção do Estado Nacional, o Rio de Janeiro desempenhava o mencionado papel, devemos lembrar que muitas das atribuições político-administrativas, antes desempenhadas por Lisboa, foram também transferidas para as outras cidades litorâneas brasileiras (grandes e pequenas), que foram erigidas em capitais provinciais. Sem esquecer, como dissemos acima, que estas cidades se tornaram centros de intermediação comercial e financeira da economia agro-exportadora com os mercados internacionais. Por isso, dando um sentido um pouco diferente ao processo estudado por Maria Odila Silva Dias, podemos dizer que o processo de "interiorização da metrópole" tem uma dimensão bem mais ampla, pelo fato de serem transferidas para as cidades litorâneas as atribuições que outrora pertenceram à Lisboa, embora ficasse o Rio de Janeiro com grande parte destas atribuições devido à natureza centralizadora do Estado.

14- Cf. *ibidem*, pp. 173-184.

15- Cf. Ilmar Rohloff de MATTOS, *O tempo saquarema*. São Paulo, Editora Hucitec, 1987, pp. 129-191.

Com a ruptura do "pacto colonial" e com a separação formal de Portugal, as cidades brasileiras puderam ampliar o seu papel de centros de intermediações comercial e financeira. Para elas se transferiram, como dissemos acima, muitos dos antigos comerciantes monopolizadores que operavam em Lisboa e que passaram a operar no comércio interno e disputar com os comerciantes britânicos, que também se estabeleceram em grande número, algumas fatias do comércio exportador-importador, sendo que os britânicos tinham o controle quase que total da importação de produtos industrializados, produzidos em sua maioria no seu próprio país. Não podemos esquecer que, embora fossem muitas as pressões britânicas para a abolição do tráfico negreiro africano a partir de 1808, com a "interiorização" de seu controle, um volume considerável de capitais se concentrou nas cidades litorâneas (principalmente Rio de Janeiro e Salvador por toda a primeira metade do século XIX, propiciando aos comerciantes envolvidos uma sólida base de operações e muita influência política, materializada na protelação pelas autoridades brasileiras da proibição definitiva do tráfico africano aprovada pelo parlamento em 1831. Nesta protelação, eles tiveram o apoio decisivo dos grandes fazendeiros do país, interessados na continuidade da sua principal fonte de reposição da mão-de-obra escrava e, principalmente, dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, que sem a reposição imediata do braço cativo viam ameaçada a expansão das suas lavouras e o atendimento à demanda internacional sempre crescente. Com a proibição efetiva do tráfico africano em 1850, os capitais pertencentes a estes negociantes foram investidos em outras atividades comerciais e financeiras, dinamizando ainda mais a vida econômica das grandes cidades brasileiras.¹⁶

Antes do surgimento da rede bancária, nos anos 1850, muitos comerciantes operavam como grandes emprestadores de dinheiro, alguns deles representando até mesmo casas bancárias da Inglaterra. Com a aprovação em 1850 do Código Comercial, a constituição de instituições bancárias foi extremamente facilitada e muitos destes comerciantes formalizaram os seus negócios constituindo bancos e alguns deles, como foi o caso do Barão e depois Visconde de Mauá, se associaram

16- Sobre o tráfico negreiro africano e a "interiorização" de seu controle nas principais cidades brasileiras, no século XIX, ver: Leslie M. BETHELL. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Tradutor: Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Expressão e Cultura, Editora da USP, 1976, pp. 15-94; Robert E. CONRAD. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. Tradutora: Elvira Serapicos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985, pp. 66-138; e Luiz Henrique Dias TAVARES. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo, Editora Ática, 1988, pp. 15-68.

nestas instituições a banqueiros britânicos. Muitos bancos foram formados com a associação de capitais pertencentes a comerciantes envolvidos anteriormente com o tráfico negreiro africano, constituindo-se em empresas de participação acionária, mas estes capitais, como já foi assinalado, não ficaram restritos somente à atividade bancária. Com a permissão do novo Código Comercial, foram criadas muitas empresas de serviços urbanos (transportes de carga e passageiros, iluminação pública, serviços de esgotos e limpeza pública, etc.), que se organizaram também como empresas de participação acionária atraindo muitos capitais dos antigos traficantes negreiros e do público em geral. Não podemos deixar de mencionar ainda a criação das estradas de ferro, que ligaram as áreas das lavouras de exportação às cidades-portos a partir dos anos 1850, adotaram a mesma forma de organização empresarial e atraíram a participação de capitais de comerciantes e grandes fazendeiros. Por outro lado, a formação de muitas empresas de participação acionária estimulou o surgimento de um incipiente mercado de capitais nas principais cidades brasileiras e o seu efeito mais expressivo foi a transformação da antiga Praça do Comércio do Rio de Janeiro numa Bolsa de Valores, criada à imagem das Bolsas que funcionavam nos grandes centros do capitalismo da Europa e dos Estados Unidos, atraindo investimentos dos setores mais ricos e intermediários da sociedade (funcionários públicos, militares, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais, etc.).¹⁷

As cidades brasileiras, como centros de articulação da economia agro-exportadora com os mercados internacionais, tiveram que responder à conjuntura de crescimento econômico nacional e mundial de meados do século XIX, promovendo uma série de transformações que representaram o início de um efetivo processo de urbanização no país, que se aprofundou no decorrer da segunda metade do século à medida em que se reforçavam as suas atribuições como centros intermediadores e se verificava tanto o crescimento da economia agro-exportadora como o do capitalismo internacional. Neste processo, pequenas cidades como Fortaleza e Porto Alegre, em virtude de um considerável crescimento econômico

17- Cf. Richard GRAHAM. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. Tradutor: Roberto Machado de Almeida. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973, pp. 31-78; Marisa Bárbara LEVY. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1977, pp. 33-105; Eulália Maria L. LOBO. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Vol. I. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, pp. 153-159; e Almir Chaiban EL-KAREH. *Filha branca de mãe preta: a companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis, Editora Vozes, 1982, pp. 11-128.

regional e de sua articulação com as outras regiões do país, foram também alçadas à condição de grandes centros urbanos e a cidade do Rio de Janeiro consolidou a sua posição de maior núcleo urbano nacional e um dos maiores do continente, não só pelo fato de ser a capital do Império, mas sobretudo por ser o grande centro de intermediação da riquíssima região cafeeira do Vale do Paraíba, a região mais próspera do país até os anos 1880. Contudo, São Paulo, que até o início dos anos 1870 não passava de uma pequena cidade do planalto da Serra do Mar, experimentou a partir desta década, um crescimento considerável em virtude da expansão cafeeira no Oeste paulista e de ser ponto intermediário entre as áreas cafeeiras daquela região e o porto exportador de Santos, crescimento este que, antes do final do século passado, transformou a capital "bandeirante" numa das maiores cidades do país. De modo geral, as grandes transformações verificadas nas cidades brasileiras, a partir de meados do século passado, fizeram o país assistir pela primeira vez ao que Caio Prado Júnior denominou de um certo "progresso moderno e uma certa riqueza e bem estar material."¹⁸

Diante do que foi exposto acima, achamos que não tem nenhum sentido insistir na polêmica da dominação da cidade pelo campo, ou deste por aquela, quando analisamos os diversos aspectos da vida na sociedade escravista. Campo e cidade formam espaços sociais diferenciados, mas intimamente associados na dinâmica da sociedade escravista. Antes de serem um produto da lógica de uma estrutura social existente aprioristicamente, como querem muitos historiadores e cientistas sociais, as relações diferenciadas e articuladas entre campo e cidade nas diversas esferas econômicas, políticas, mentais, culturais, etc., produzem efetivamente a dinâmica geral da sociedade escravista. A totalidade social é muito mais um resultado destas relações diferenciadas e articuladas do que uma racionalização conceitual abstrata que serve de referência para a análise das relações sociais concretas.

Estas reflexões prévias nos parecem fundamentais para os estudos da escravidão urbana. Não devemos considerá-la como uma forma de escravidão

18- Cf. Caio PRADO JÚNIOR. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, p. 166; e COSTA, op. cit., pp. 193-208. Sobre o crescimento da cidade de São Paulo, a partir dos anos 1870, ver: MORSE. *Formação histórica de São Paulo*. Tradutores: Maria Aparecida M. Kerbey e Levi Cruz. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 171-269; e Zélia Maria Cardoso de MELLO. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1985, pp. 63-147.

determinada ou dominada pela dinâmica da escravidão nas áreas agro-exportadoras, mas uma forma diferenciada dela: interligada, mas com um relativo grau de autonomia. As duas formas de escravidão exibem similaridades, principalmente no que se refere à necessidade da violência para a manutenção da ordem social, porém a relação senhor-escravo na cidade não apenas envolve atividades econômicas distintas daquelas das áreas agro-exportadoras, como também diferentes formas de dominação e controle social, como demonstraram trabalhos mais recentes de historiadores, seguindo a linha das reflexões pioneiras de Richard Wade.¹⁹

19- Entre os trabalhos mais recentes que focalizam os diversos aspectos da escravidão nas cidades brasileiras, ver: Sidney CHALHOUB. *Visões de liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Luiz Carlos SOARES. *Urban Slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Londres, Dissertação de Doutorado apresentada à Universidade de Londres, 1988; Leila Mezan ALGRANTI. *O feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988; Mary C. KARASCH. *Slave life in Rio de Janeiro: 1808-1850*. Princeton, The Princeton University Press, 1987; João REIS. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986; e SILVA DIAS. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.